



Anais da Assembléia

Nº 94

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Accioly Netto

Vice: Waldenício Barbalho

Membros Efetivos:

ARENA — Fabiano Braga Cortes, Accioly Netto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel.

MDB — Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho, Enéas Faria, Adalberto Daros.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Jurandir Messias, Basílio Zanusso, Wilson Fortes, Jorge Sato, Werner Wanderer, Luiz Alberto Oliveira.

MDB — Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira.

Secretário: Rita Celestino Soares.

Reuniões: 4ªs feiras, após a Sessão plenária.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Quielse Crisóstomo

Vice: Lúcio Machado

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel.

MDB — Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Accioly Netto, David Federmann, João Cioni Netto.

MDB — Domício Scaramella, Edilson Alencar.

Secretário: Teresinha Barbosa Moura e Claro.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell

Vice: Jayme Rodrigues Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Egon Pudell, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto.

MDB — Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Ivan Rüppel.

MDB — José Domingos Scarpelini

Secretário: Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente: Aragão de Mattos Leão.

Vice: Ernesto Dal'Oglío

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Quielse Crisóstomo, David Federmann, Aragão de Mattos Leão

MDB — Ernesto Dal'Oglío, José Domingos Scarpelini.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Ezequias Losso.

MDB — Otássio Pereira.

Secretário:

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Nelson Buffara

Vice: Gilberto Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Wilson Fortes, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho.

MDB — Adalberto Daros, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

MDB — Ernesto Gnoato

Secretário: Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Jorge Sato

Vice: Antonio Facci

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Fuad Nacli, Wilson Fortes, Jorge Sato, Egon Pudell.

MDB — Antonio Facci, Trajano Bastos, Domicio Scaramella.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli.

MDB — Valter Pietrângelo, Deni Schwartz.

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Luiz Alberto Oliveira

Vice: Otássio Pereira

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont.

MDB — Ernesto Dal'Oglío, Otássio Pereira

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB — Lúcio Machado.

Secretário: Marlene Couto de Cristo.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: Rosário Pitelli

Vice: Nelson Buffara

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Jurandir Messias, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB — Edilson Alencar Barbosa, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Gabriel Manoel, Egon Pudell, Gilberto Carvalho.

MDB — Osvaldo Macedo
Secretário: Maria Aparecida Amaral
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente: Werner Wanderer
Vice: Jayme Rodrigues de Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Rosário Pitelli, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho, Nilso Sguarezzi.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso.

MDB — Hélio Manfrinato.

Secretário:

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Basílio Zanusso

Vice: Lineu Turra

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Basílio Zanusso, Francisco Scorsin, Luiz Alberto Oliveira.

MDB — Lineu Turra, Osvaldo Macedo.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Wilson Fortes, João Cioni Netto, David Federmann.

MDB — Valter Pietrângelo.

Secretário: Lélío Guimarães Sotto-Maior

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente: Francisco Scorsin

Vice: Ernesto Gnoato

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso.

MDB — Ernesto Gnoato, Hélio Manfrinato.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Werner Wanderer, Aragão Mattos Leão, Ivan Rüppel.

MDB — Domício Scaramella.

Secretário: José Tavares Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente: Alfredo Gulin

Vice:

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Fuad Nacli.

MDB — Lineu Turra, Valter Pietrângelo.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Egon Pudell, Jorge Sato, Francisco Escorsin

MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho.

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Presidente: Jurandir Messias

Vice: Benedito Lúcio Machado

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel

M.D.B. — Nelson Buffara

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Dácio Leonel, Luiz Alberto de Oliveira, Accioly Neto.

M.D.B. — Antonio Facci

Secretário: Elza Carneiro Camargo

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Ezequias Losso

Vice: Deni Schwartz

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho

M.D.B. — Valter Pietrângelo

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA — Luiz Roberto Soares, João Cioni Neto, Aragão de Mattos Leão.

M.D.B. — Ernesto Gnoato

Secretário: Myrthes Magda Gomes

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 139ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1975

QUARTA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Valter Pietrângelo.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho,

Werner Wanderer, Gabriel Sampaio e Wilson Fortes, (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, David Federmann, Edilson Alencar, Fabiano Braga Côrtes, Ivan Rüppel e Luiz Alberto Oliveira. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 36/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº

171/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado naquela cidade. **Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 140ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1975**

QUARTA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Gabriel Sampaio, Aguiinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoatô, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (48); achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, David Federmann, Edilson Alencar, Fabiano Braga Côrtes, Ivan Rüppel e Luiz Alberto Oliveira. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O :

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário que seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. FRANCISCO BORSARI NETO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura e a Inspetoria Regional de Ensino de Campo Mourão, solicitando que sejam tomadas medidas objetivando sanar a irregularidade funcional que vem ocorrendo no Ginásio Estadual de Nova Cantú, em detrimento de elementos normalistas e acadêmicos-filosofia, que não conseguem obter aulas suplementares, por falta de vagas, e o referido estabelecimento mantém em seu quadro de professores a Sra. ROSMARI PIETROBELI VECCHI, que possui apenas o curso Ginásial.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, requer ouvido o plenário, seja dirigido expediente aos Exmos. Srs. Presidentes do Senado e da Câmara Federal, líderes da Arena e MDB, nas duas Casas do Congresso, Senadores e Deputados Federais da representação do Paraná, solicitando-lhes apoio e trabalho conjunto visando a aprovação do Projeto de Lei de autoria do eminente Deputado Federal Roberto Carvalho, da representação do Pará, dando nova redação ao art. 3º do Decreto 294, de 27 de maio de 1969, propondo que 5 por cento da renda obtida com a exploração da Loteria Esportiva Federal seja distribuída às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais "APAES" de todo o País, a exemplo de outras entidades assistenciais, que são beneficiadas com a ajuda financeira procedente dessa organização. Entendemos desnecessárias quaisquer considerações em torno do referido plano de lei, de grande alcance social, pelo que proporcionará a milhares de brasileiros merecedores de nosso carinho e solidariedade. Saliente-se todavia, que os dirigentes dessas entidades, que não visam fins lucrativos, são pessoas de alto espírito humanitário, que se dedicam exclusivamente ao bem estar de crianças excepcionais carentes de cuidados especiais, visando seu reajustamento no seio da sociedade.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR e Exmo. Sr. Secretário de Administração, no sentido de providenciar reparos no Grupo Escolar "Itacilina Bittencourt" de Cianorte.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escolar "Itacelina Bittencourt", de Cianorte, carece de reparos urgentes.

Encontra-se ele em precário estado de conservação, criando sérios problemas, não havendo condições para seu funcionamento.

Em 1974, o DEOE fez o orçamento para a reforma do prédio do referido grupo, no entanto até a presente data nada de concreto. Expostos os motivos do referido requerimento, aguardamos a solução que o caso requer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura e Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR, solicitando providências no sentido de, com a máxima urgência, seja autorizada a reconstrução do Grupo Escolar "Dirce de Aguiar Maia", de Maringá.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, solicitando seja autorizada a inclusão de Loanda no Plano Estadual de Educação Física, dotando verbas necessárias para a construção de um Centro Esportivo.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja enviado telex ao Exmo. Sr. Presidente da República, GENERAL ERNESTO GEISEL, solicitando, em nome do povo do Paraná, castigado implacavelmente pela geada de julho último, e que encontrou no plano para a cafeicultura, APROVADO em 07 de agosto, a esperança e o incentivo para recomeçar o árduo trabalho, que determine ao Instituto Brasileiro do Café a remessa imediata de instruções aos Bancos, a fim de que a incompetência dos diretores daquela autarquia não comprometam o nome honrado de Sua Excelência.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja oficiado ao Sr. Superintendente do INPS no Paraná, solicitando reestudo para que o município de Cianorte continue sob a jurisdição da Agência de Umuarama, não se consumando, desta forma, a pretendida mudança para a recém criada Agência de Campo Mourão. Apenas as razões de facilidade de acesso justificam a pretensão daquela importante comuna.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Sr. Governador do Estado, solicitando uma solução para o problema de cerca de 200 famílias do município de SÃO PEDRO DO PARANÁ e 100 famílias do município de MARILENA, com relação ao grave problema da legalização de terras, o que vem ocasionando sérios transtornos, impedindo, inclusive, operações com órgãos de crédito.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

1. As terras desapropriadas pelo Governo do Estado do Paraná, na gestão do Governador Ney Braga, abrangendo cerca de 50 por cento da área territorial do município de SÃO PEDRO DO PARANÁ e parte de MARILENA, terrenos esses ocupados por compradores e posseiros de boa fé, colonizadores pioneiros daquela cidades, ainda não foram totalmente legalizados.

2. Com as geadas que assolaram aquelas regiões, os proprietários acham-se em condições desfavoráveis para recuperar suas lavouras, já que o Banco do Brasil exige garantia real da terra, ou seja, hipoteca do terreno, para financiamento a longo prazo, exigência que não pode ser atendida pelos proprietários rurais, já que não possuem o Título de Domínio Pleno da Terra, que somente o Estado pode fornecer.

Estas as razões do apelo ao Governo do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, a transcrição nos Anais da Casa de Carta Aberta da Sociedade Rural Brasileira, Associação Paranaense de Cafeicultores, e Sociedade Rural do

Paraná, publicada na edição de hoje do jornal "A Gazeta do Povo", desta Capital.

Pede-se também que da decisão do plenário, dê-se ciência às referidas Entidades.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) ACCIOLY NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de expediente a direção da RFFSA - Setor Sul - solicitando que S. Exa. se digne determinar as medidas necessárias visando o restabelecimento do tráfego ferroviário no denominado Ramal Matarazzo que liga a estação de Antonina ao Cais do Porto.

O referido trecho encontra-se abandonado já há alguns meses, provocando, com isso, problemas às empresas que se utilizam do transporte ferroviário até o Cais do Porto.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) MAURICIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, no sentido de que determine a instalação de uma agência daquele Banco, no município de Imbituva.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

O município de Imbituva tem recebido grande impulso em seu desenvolvimento, sendo ele um dentre aqueles que mais crescem em nosso Paraná.

Grande número de agricultores, madeireiros, industriais que lá estão concentrados, sentem a falta de uma agência bancária do Estado, que viria facilitar as negociações ocorridas naquele meio, notadamente no que tange a financiamentos a Agricultores tendo em vista estar o Governo do Estado, atualmente, voltado para aquele Setor, em razão do apoio que está sendo dado à agricultura, em vista dos últimos acontecimentos.

Assim sendo, a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná S/A, viria facilitar as transações, evitando o deslocamento dos interessados, numa economia indiscutível de tempo e, principalmente, viria fazer frente ao progresso que vem acontecendo naquela região.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoioamento e consequente aprovação do presente.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 108/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLINHA TIA PAULA" — APP, com sede e foro em Curitiba - Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Fundada para a aproximação mais íntima dos educando

— Pais — Mestres — para seu próprio aperfeiçoamento, e de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação do educando, como ser ajustado útil e produtivo da sociedade humana, a Associação de Pais e Professores da Escolinha Tia Paula, vem merecer especial destaque no cenário social da cidade de Curitiba. Oportunas promoções levadas a efeito pelas operosas diretorias, têm sido da maior repercussão, para o aperfeiçoamento da atividade educacional.

A declaração de Utilidade Pública da entidade em foco, que não tem fins lucrativos e não remunera os membros da diretoria, e Conselho Fiscal — se constitui em forma de reconhecimento aos relevantes trabalhos prestados.

Por esta razão, oferecemos à consideração da Casa o presente plano de lei, esperando o indispensável apoio dos eminentes deputados que integram este Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel, no Pequeno Expediente.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “O termo de colaboração assinado 2ª feira em Londrina, entre a Secretaria de Agricultura, Sociedade Rural do Paraná e o Instituto Agrônomo do Paraná, tendo como, objetivo, o plantio e comercialização de dois milhões de mudas de cafeeiros, num prazo de 2 anos, é a mais evidente demonstração de que o Paraná não está disposto a abdicar de sua posição de liderança na cafeicultura.

Merece destaque especial a declaração do Secretário da Agricultura, Paulo Carneiro Ribeiro, ao afirmar que “o termo assinado deverá servir de exemplo às cooperativas e prefeituras de todo o Estado, para que se manifestem e ajam a favor da cafeicultura, como fez o Sociedade Rural do Paraná, concluindo por dizer que o Governo do Estado está convencido e tem sobras de dados para decidir-se a apoiar a cafeicultura pela sua importância em nossa economia.

Conhecendo, como conhecemos, o Secretário da Agricultura — cafeicultor há muitos anos — vale bem lembrar importantes aspectos abordados na reunião realizada em Londrina.

É o caso da provável discriminação que teria sido feita ao Paraná pelo Plano de Emergência para Recuperação da Cafeicultura cujo plano — seu próprio título está a dizer — é um plano de emergência, sendo como consequência mutável.

Desde que haja necessidade de uma população cafeeira maior, haverá no Estado força suficiente para ampliação desse Plano com relação ao plantio, não obstante seja verdade que o Paraná não tem mais áreas para café.

O que o Estado precisava — antes das geadas — era uma renovação das culturas de baixa produtividade.

Valeu a firmeza do nosso Secretário, diante das declarações do Sr. Camilo Callazans. E não escondeu o Secretário o seu pensamento ao afirmar que o Paraná é um Estado privilegiado e que tem condições para todas as culturas, graças à fertilidade de seu solo, completando para afirmar que está para ser lançado um ambicioso plano de conservação do solo, através dos governos federal e estadual.

Na verdade os cafezais paranaenses representam ainda muito à economia do Paraná e do Brasil, tanto isso é indiscutível que nos últimos 10 anos o Paraná manteve 50 por cento da produção nacional.

Além disso, a fertilidade do nosso solo e os índices pluviométricos do Estado, estão aí a demonstrar que o Paraná é O MAIS INDICADO para ap produção do café.

Por todas essas razões e acompanhando as inúmeras críticas feitas ao pronunciamento do Presidente do ICB, cujo pronunciamento foi tachado pelo Presidente da Associação Paranaense dos cafeicultores como tendo sido “pior que a geada”, entendo que a posição assumida pelo Governo do Estado através de seu Secretário de Agricultura, dá uma demonstração

de que nosso Governo está altamente preocupado com o problema, e que seu lema é o mesmo de todos nós paranaenses de que o Paraná vai continuar na liderança do café”.

Era o registro que gostaria e que fiz esta tarde, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna para ratificar a posição nossa anterior.

Rememorando os acontecimentos, verificamos que após a geada, mais exatamente no dia 06 de agosto, noticiários nos jornais no dia posterior, dia 7, apresentaram ao Brasil inteiro e mais especialmente às regiões atingidas pela geada, o plano para a cafeicultura, com a destinação de oito bilhões e cem milhões de cruzeiros.

Muito bem, no dia 18 de agosto, apresentamos a esta Casa um requerimento aprovado por unanimidade, para solicitar ao IBC e ao Presidente do Banco do Brasil que remetessem às agências bancárias as instruções para o financiamento e refinanciamento do café geado, bem como às agriculturas intercaladas.

Esse requerimento foi cumprido via telex no dia 20 do corrente e verificamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda em contato telefônico no dia de hoje com o Gerente do Banco do Brasil da Agência de Maringá, que nenhuma instrução até hoje, chegou às agências bancárias.

Tenho a impressão que a atual Diretoria do IBC não tão somente na pessoa de seu Presidente, não merece o menor crédito de todos nós brasileiros, em especial dos cafeicultores, porque está comprometendo seriamente a posição assumida por S. Exa. o Sr. Presidente da República, quando, de imediato, prontamente anunciava ao país verbas vultuosas para salvar a cafeicultura, principalmente os lavradores que cultivam esta rubiácea.

Pretendemos, Sr. Presidente, no tempo que nos é reservado, apresentar mais um requerimento, desta feita destinado ao Presidente Ernesto Geisel, para solicitar de S. Exa. que tome as providências necessárias porque já estão sendo comprometidas as culturas intercaladas.

Como todos sabem a cultura intercalada deve ser feita e a terra não pode ser trabalhada enquanto o IBC, por intermédio de seu agrônomo, não fizer a vistoria.

Para terminar, Sr. Presidente, verificamos hoje pelos jornais locais que é bem possível que o Sr. Callazans venha ao Paraná no dia 11.

Recomendaria ao ilustre Presidente do IBC que não comparecesse ao Paraná, porque aqui é “persona non grata”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Lê):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com muito alarde, enunciava-se para os dias 17, 18, e 19 de julho, a visita do Chefe do Executivo na região Sudoeste do do Estado do Paraná.

Veio a neve, o Governo não foi.

Também não se anunciou mais quando o Governador faria a visita programada. No entanto o Sudoeste aguarda esta visita, para que o Sr. Jayme Canet assuma, publicamente, os compromissos anunciados por seus prepostos políticos. Falou-se que bilhões e até trilhões estavam destinados às rodovias do Sudoeste, e não posso acreditar que geadas, mais uma vez, sirvam ao Governo do Estado para procrastinar a realização de obras inadiáveis.

Palmas, Clevelândia, entre outras cidades, aguardam há dezenas de anos um compromisso governamental que ao menos ainda nesta década, verão satisfeitos.

Como representante daquelas regiões, estou aqui para in-

dagar do Governo do Estado do Paraná, se realmente pretende cumprir com sua disposição inicial de ir à região para anunciar seus planos, ou mesmo sem ir, que divulgue quais as fabulosas verbas que estariam destinadas ao até agora desconhecido plano rodoviário do Sudoeste.

O Sudoeste, Governador, apesar das geadas e neve, continua produzindo e dará uma das melhores safras de trigo. O Sudoeste nunca diminuiu sua produção, apenas que continua sem estradas, Governador.

Passará mais um Governo e ficaremos sem asfalto ou terrenos que iniciar um novo movimento pela criação do Estado do Iguaçu, para que os homens do Sudoeste sejam lembrados. Fica e pergunta, pois em que pese este Governo contar com os dois mais expressivos líderes deste Estado na Legenda Situacionista, Secretário Arnaldo Busato e Ivo Thomazoni, homens do Sudoeste, dois dos poucos que resistiram à avalanche de votos da Oposição, ao menos a título de prestígio a estas lideranças se impõe a presença física do Governador no Sudoeste, única região do Estado que ainda não teve a satisfação de receber o seu Governador. A região aguarda que lá compareça o Governador dos paranaenses, pois ainda continuamos sendo paranaenses...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lembra a V. Exa. que resta apenas 1 minuto.

O SR. NILSO SGUAREZI — ... compareça, senão pelo povo em si, como disse, pelo prestígio do homem mais votado pela ARENA, e pelo seu próprio Líder desta Casa, o insigne Deputado Ivo Thomazoni”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. — (Ausente).

Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O jornal a “Gazeta do Povo” desta Capital publica hoje uma carta aberta da Sociedade Rural Brasileira, Associação Paulista de Cafeicultores e Sociedade Rural do Paraná.

Nesta carta aberta, essas entidades firmam uma posição e colocam nos seus devidos termos, a questão da cafeicultura, da forma como está sendo vista pelo atual Presidente do IBC.

Como se trata de um documento importante nesta hora econômica que vive o Paraná, eu estou requerendo a este nobre plenário que se digne aprovar a transcrição da mencionada carta, nos Anais desta Casa.

Esta carta aberta está vasada nos seguintes termos: (Lê):

“As entidades da classe agrícola, que este subscrevem surpreendidos com os rumos com que se quer encaminhar os assuntos cafeeiros, cujas lavouras foram feridas pelo último cataclisma, muito contra gosto, vem-se obrigados a rebater acusações, deprimentes, assacadas contra cafeicultores e mesmo estados produtores.

Os recentes pronunciamentos do Senhor Presidente do Instituto Brasileiro do Café, demonstram que a falta de argumentos válidos, descamba para agressões injustas e injustificáveis.

Aponta fato que nunca existiu, taxando os plantadores de café de privilegiados, quando a atividade sempre foi livre quer quanto a estados e áreas, como também ao próprio cafeicultor, que dentro da concepção da política cafeeira reinante nas diversas épocas, puderam construir a maior lavoura organizada do mundo.

Revela ainda, o Presidente do IBC, completo desconhecimento da realidade agrícola do café e da agricultura em geral, quando acusa os lavradores paulistas e paranaenses de plantarem café ao invés de soja e trigo, para alimentar milhões de brasileiros.

Como é sabido de todos os que têm mínimo de conhecimento do assunto: o café além de ser formado em conjunção com as lavouras de milho, arroz, feijão e outros mantém, quando da exploração da fazenda, essas produções a mais variada ga-

ma de criações de animais e aves, para a auto-suficiência destas e suprir a mesa de milhões de brasileiros.

Quanto à soja e o trigo, se tivesse compilado a mais desprezível leitura a respeito, não teria feito tão absurda afirmativa, não cabendo maiores réplicas, senão lembrando que somente a recente evolução da agricultura motorizada e o resultado da genética, permitiram o seu desenvolvimento.

No que se refere aos trabalhadores rurais, desconhece o Presidente do IBC, os esforços dispensados pelas entidades para sanar os inconvenientes contidos no Estatuto do Trabalhador Rural e das boas relações que procuram manter com os homens que manejam a terra, como bem demonstra o recente pronunciamento da Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná sobre os preços do café. Repelindo as insidiosas afirmativas feitas pelo Presidente do IBC, reafirmamos nossa condição que agiram muito bem os cafeicultores, plantando café nos Estados do Paraná e São Paulo, responsáveis por 80 por cento da produção brasileira, procurou inverter os fatos que a história registra, de ter sido o café propulsor do progresso econômico e industrial, inculcando-o de exigir recursos da Nação para a retirada dos excessos temporários. Quando, como é sabido esta operação e todas as que feitas com o café, o foram a suas expensas.

Conforme suas próprias palavras proferidas no Guarujá, a hora é da verdade e está firmada em fatos, não poderá ser contestada ou sequer ofuscada.

Contudo esperamos que o bom sendo retorne ao setor cafeeiro e confiados na intenção e determinação do Exmo. Sr. Presidente da República, os cafeicultores serão atendidos. Reafirmando que se nos forem dadas condições adequadas, sobre os escombros da tragédia, frigiremos nova e pujante cafeicultura”.

Sr. Presidente, esta carta é assinada pelos Srs. Sálvio de Almeida Prado, José Francisco Malta, Justino Araujo Vilela e Manoel Garcia Cid.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, sexto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um assunto muito importante para o nosso Estado está a unir as duas bancadas desta Casa — o café e a geada. Vamos falar sobre o mesmo assunto, mas sob um outro ângulo, sobre o complexo de inferioridade que infelizmente este estado, o nosso Estado é possuidor. Há poucos dias atrás, vimos aplausos veementemente a um dos juristas deste País, considerado do maiores, o Dr. Vitor Russomano, que após bela oração, foi infeliz, ao aplaudir no dia em que o AI-5 era usado para combater a corrupção de alguns elementos do Ministério das Relações Exteriores, que afirmou em outras palavras “Feliz do País em que o judiciário é respeitado pelo Sistema.

O nosso complexo de inferioridade nos fez calar, pois ali constava estar sendo proferida a palavra de um grande jurista.

Vejam os Senhores a posição de inferioridade, o complexo de inferioridade deste Paraná, quando vemos o representante, oficial do Banco Central deste País, vir dentro desta Casa, e na presença de sete Srs. Deputados, inclusive o Sr. Presidente, no final de uma longa explanação afirmar ao responder uma nossa pergunta: “Ao Paraná sempre restará a capacidade, por suas terras férteis, de plantar trigo, de plantar o soja, de plantar o algodão, o milho, esqueceu o café. Café que, neste momento, neste dia tem unido as bancadas desta Casa. E vemos, meus Senhores, que este complexo de inferioridade de nosso Estado já está a adentrar nas nossas faculdades.

Quando vi, dois ilustres deputados que nesta data falaram de café, resolvi ir até à portaria desta Casa e de lá, tirar este edital. Edital, vindo da terra do café, Apucarana; vindo de uma Faculdade de Ciências Econômicas, redigido por professores e por alunos, filhos de cafeicultores, e que, infelizmente, já estão

possuídos do complexo de inferioridade que toma conta do nosso Estado.

Receita para geadas, desses homens, desses jovens e professores, a indústria, e o comércio, diversificados, o trigo, o soja, o feijão, o milho, os serviços. Não vejo aqui o café, o café que fez a grandeza deste Estado.

Infelizmente, meus Senhores, estamos vivendo momentos em que o complexo de inferioridade dos paranaenses, tão decantado há tantos anos, está voltando a tomar conta deste bravo povo.

E por isso, neste momento, como paranaense que somos, levantamos desta tribuna as nossas vozes, para dizer que não haverá governo algum capaz de impedir a trajetória econômica traçada por nosso povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, sétimo orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O eminente Deputado Nilso Sguarezi, representante do Sudoeste do Paraná, fez, na sessão de hoje, um pronunciamento cobrando a visita do Sr. Governador do Estado àquela região. E S. Exa. cobrou gestões deste Deputado para concretização desse desiderato.

Devo informar a S. Exa. que o que determinou o adiamento da visita programada por S. Exa. o Sr. Governador à região do Sudoeste do Paraná foram as péssimas condições de tempo reinantes na data prevista para aquela visita.

E o adiamento não significou absolutamente, que S. Exa. deixasse de pretender, como pretende, visitar a região, e de viva voz, anunciar o Programa Rodoviário, já aprovado por S. Exa. com os recursos já designados e o que é mais importante, já em execução grande parte das obras.

Devo lembrar ao eminente Parlamentar que no setor de rodovias pavimentadas, só no setor estadual, aquelas da jurisdição estadual e do Plano Estadual de Rodovias Pavimentadas, o Governo do Estado já está concluindo a pavimentação asfáltica da rodovia Pato Branco-Marmeleiro-Francisco Beltrão, a PR-482, numa extensão de 55 km e meio. Mas que já está aprovada pelo Sr. Governador a implantação asfáltica da estrada que vai de Francisco Beltrão à Capanema, numa extensão de 17 km e meio. Mas, também a PR-280, ligação com a BR-153, ou seja a ligação da BR-153 com Palmas, numa extensão de 62 km e meio; Palmas a Pato Branco, com 80 km e meio, também já constam do Plano Rodoviário devidamente aprovados para sua implantação.

Mas, convém também aduzir que no Plano de Rodovias Asfaltadas, do 2º PND, constam como rodovias federais, 340 km para o nosso Sudoeste do Paraná.

E eu poderia, se tivesse tempo, nominá-las. Apenas como ilustração, e rapidamente, os segmentos da BR-153, União da Vitória-General Carneiro, divisa Paraná-Santa Catarina, em Santa Rita, onde começa a BR-150; a BR-158, Laranjeiras do Sul, PR-373, Chopinzinho, e ainda a PR-373, Marmeleiro-Barracão. Mas, não fora só o Plano de Rodovias Asfaltadas e Pavimentadas, mas também o Plano das Rodovias Alimentadoras, também já em execução, fazem parte dos trabalhos, não se falando da ligação União da Vitória-Cruz Machado; União da Vitória-Bituruna, já em execução, com mais de 31 km; falo da Dois Vizinhos-Francisco Beltrão. E agora, a boa nova, eminente Deputado Nilso Sguarezi e também Deputado Deni Schwartz, a boa nova; implantava-se essa estrada como se está implantando, no sistema de rodovias alimentadoras, e agora o Governo do Estado vem de autorizar a sua pavimentação asfáltica do considerado asfalto paulista, já iniciado, e com grande regozijo recebido pelo povo da região, a notícia. Também em execução a Bituruna-São Lourenço do Oeste e a Pato Branco-Itapejara. Bituruna-São Lourenço do Oeste com 14 km; Pato Branco-Itapejara com 32 km e também a ligação da BR-373, Chopinzinho-São João; São João-São

Jorge do Oeste; São Jorge do Oeste-Dois Vizinhos, e também já agora em fase de licitação a ligação Dois Vizinhos-Salto do Lontra-Santa Isabel do Oeste, além da licitação para Salgado Filho.

Devo informar que felizmente neste Governo houve planejamento no setor de rodovias para nossa região, planejamento sério, com disponibilidade financeira e devo anunciar à Casa, e já deve ser do conhecimento dos eminentes Senhores Deputados, que o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, aprovou o plano rodoviário para o Estado do Paraná e os recursos postos à disposição do Estado, só este ano, mais de 1 bilhão de cruzeiros, deverão ser postos à disposição do Governo do Estado, para realização de cerca de 890 quilômetros de rodovias asfaltadas e quase 2 mil quilômetros de rodovias de pavimentação primária, as chamadas estradas vicinais ou alimentadoras.

Além do mais, deve ser entendido o esforço governamental no sentido de estabelecer com as Prefeituras Municipais os convênios, já em execução, para a melhoria das estradas consideradas intermunicipais e de ligação importante entre as comunidades.

O Governo do Estado está entregando às Prefeituras, além do auxílio financeiro, representado por 2 mil quilômetros de estradas revestidas primariamente, também o auxílio técnico, representado por combustível.

Voltarei em outra oportunidade para um relato mais detalhado do plano de obras governamental neste setor.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao oitavo orador inscrito para o expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ribeirão do Pinhal também está integrado à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social com uma unidade da Associação de Proteção à maternidade e à infância. Uma construção capaz de dar solução ao problema, feito com os recursos do Estado há muitos anos.

Só que há um paradoxo na unidade e isso há mais de 2 anos: das 4 salas lá existentes, em 3 salas, na sala do médico e nas duas auxiliares, mora, reside, com sua família um vereador, por ordem do Sr. Prefeito Municipal, recebendo, imagino eu, gratuitamente, a locação daquele prédio do Estado, gratuitamente a luz, a água que ele consome. Não sabemos qualificar a altura desse erro. Então, quando falamos dos erros da Secretaria e do Governo, é porque a verdade deve ser dita, porque quando se fala de bens do Governo, fala-se de bens do povo. E lá em Ribeirão do Pinhal um capital do povo está a serviço da política e do prefeito daquela localidade.

Por isso mesmo, encaminhamos, nesta oportunidade, requerimento ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, solicitando as seguintes informações: (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista, fatos que desabonem as diretrizes administrativas da SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DA SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO ESTADO, Requer, após ouvido o plenário se oficie ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde e Bem Estar Social, solicitando as seguintes informações:

a) — Existe, unidade residencial anexa à instalação da ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA “POSTO DE PUERICULTURA” da cidade e município de Ribeirão do Pinhal?

Informe ainda, se é do conhecimento dessa Secretaria, que fazendo uso da sala destinada ao MÉDICO “CONSULTÓRIO” e de mais duas salas auxiliares, se encontram por mais de um ano, ali residindo, por ordem do Prefeito Municipal daquela localidade, um dos Vereadores da Câmara Municipal, isento de qualquer

obrigação de pagamento de aluguel, luz e água, bem como outras indenizações comuns de locação residencial.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975"

O outro requerimento diz respeito ao Instituto de Pesos e Medidas, representação do Estado do Paraná.

Não é novidade. Sr. Presidente, que os fiscais desse Departamento autuam de qualquer maneira. Parece-me que é tão bem preparada a fórmula de atacar a economia dos nossos comerciantes que os fiscais do Departamento de Pesos e Medidas já levam consigo um consertador de balanças. Normalmente eles encontram defeitos nesses instrumentos e a pessoa incumbida do conserto lança um preço exorbitante e quase determina ao comerciante a proceder o serviço e a arcar com o pagamento estabelecido.

Mas, vão eles indo muito além. Há poucos dias por determinação política, segundo o informante, um desses agentes fiscais autuou um cidadão da zona rural na importância de 277,50 cruzeiros porque tinha uma balança com capacidade de duzentos quilos em sua casa, em sua residência, a qual era utilizada para a pesagem do produto de sua colheita, de seu sacrifício.

Por isto mesmo vamos apresentar um requerimento solicitando ao Instituto de Pesos e Medidas as seguintes informações: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei e tendo em vista ocorrência que julga arbitrária referente a notificação aplicada sobre o cidadão Senhor JOSÉ DE SOUZA residente e domiciliado no lugar denominado bairro JACUTINGA "ZONA RURAL" no município de Ribeirão do Pinhal, requer, oficie-se ao responsável pela representação do INSTITUTO NACIONAL DE PESOS E MEDIDAS no Paraná solicitando informações se as taxas de aferimentos de Pesos e Medidas incidem também sobre os instrumentos de uso particular ou exclusivamente sobre os destinados ao uso comercial; que informe ainda qual o valor da taxa sobre o aferimento de balança tipo comum de mesa com capacidade máxima de 200 quilos.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975".

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, nono orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente estivemos em missão oficial no 1º Congresso de Prefeitos do Paraná, representando esta Casa juntamente com os Srs. Deputados Gabriel Sampaio e Werner Wanderer.

Como se trata de uma região onde temos nossa fé política e, portanto, trata-se de nossa representação, fomos convidados, juntamente com o Deputado Gabriel Sampaio, para observar alguns atos da empresa binacional Itaipu.

A nossa surpresa, o nosso espanto foi tamanho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando, demandando a estrada que liga Foz do Iguaçu a Guaíra mais ou menos nas imediações da futura empresa, ou da futura barragem binacional de Itaipu, estava a poucos metros, trancada ali a estrada, aberta uma valeta de aproximadamente 60 cm de largura por uns 80 cm de fundo; ao lado desta valeta, uma cerca de 5 fios de arame, sustentada por enormes palanques, impedia e impede o tráfego de veículos, de Foz do Iguaçu e Guaíra.

Está afinal não é o ponto mais sério, porque, fechar uma estrada não é surpresa para nós, mas trancar a passagem dos agricultores, homens que plantaram a civilização naquele extremo da fronteira antes mesmo que as Forças Brasileiras ali se plantassem para salvar a fronteira e para proteger o território nacional, há mais de 30 anos, ou de 40 anos, onde famílias derrubaram as matas, fizeram suas casas e construíram a

civilização, a pretexto de um progresso, a empresa binacional de Itaipu tranca a passagem desses agricultores, fecha arbitrariamente, forçando a saída, o êxodo desses agricultores, daquela região.

Fiz questão de tomar a liberdade de chamar a atenção do Vice-Presidente desta Casa, Deputado Gabriel Sampaio, que conosco esteve naquela missão, verificando, "in loco", os atos de arbitrariedades que se praticam ali, sob a guarda da polícia armada do Estado do Paraná a proteger os atos arbitrários daquele que ali estão querendo, em nome do progresso, sucumbir as famílias, crianças que necessitando ir às escolas, não podem ultrapassar a barreira semelhante às duas Alemanhas. Isto foi verificado por mim e pelo Deputado Gabriel Sampaio.

Posteriormente levaremos, ou melhor, amanhã, levaremos à bancada do MDB a proposição de uma CPI para averiguar as arbitrariedades que se praticam contra o povo que ali reside. Várias famílias não podem sair, inúmeras máquinas agrícolas não podem funcionar, crianças impedidas de passar, sem poderem ir às escolas, e o que é mais triste, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta cerca tem uma dimensão de 50 m para baixo e 50 para cima da estrada, exatamente com o fim de impedir o tráfego.

A nossa revolta foi tão grande ao encontrarmos ali mais de 100 pessoas com 2 caminhões, com operários a fazerem o serviço.

Eu, lendo hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se fez na Tranzamazônia, o absurdo dos gastos públicos, as condenações que se fizeram durante as campanhas eleitorais, dos abusos do dinheiro público que se gastou na Tranzamazônica, transporta-se hoje, também, para a Usina de Itaipu, estimada a priori...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao nobre Deputado que o seu tempo regimental está esgotado. V. Exa. tem mais um minuto para terminar sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Terminarei.

... estimada a priori em dois bilhões de dólares e que hoje, apesar de não se ter uma previsão de custo, já se pode prever que atualmente está prevista em 5 bilhões de dólares, menos de um ano, depois de se firmar um contrato, que aliás, nós já viemos a esta tribuna para dizer dos prejuízos que o Paraná vai tomar com esta empresa, assoreamento que poderá causar daqui a 40 ou 50 anos. Aqui mesmo nesta Assembléia, quando uma autoridade veio pronunciar conferência a respeito do problema da erosão, o Professor Bigarela, diga-se de passagem, segundo os cálculos estimados da geologia do solo e pela posição atual, provavelmente em aproximadamente 40 anos esta represa não existirá mais, porque a areia carregada pela erosão de todos os afluentes do rio, vão assorear aquela represa. Nós somos a favor da empresa, somos a favor da implantação de um progresso mas que este progresso seja objetivo no desenvolvimento sócio-econômico de uma região e de um Estado, daí que, as autoridades, verifiquem estes aspectos. Eu teria a mencionsar, para finalizar, a condenação que o Ministro Rangel Reis fez à Transamazônica, que está abandonada aos índios, às enchentes, a estrada que não utilizada para para nenhum transporte. É preciso dimensionar também o sacrifício do povo brasileiro, quando se faz uma obra de grande vulto. Gostaria, Sr. Presidente, de falar todos os aspectos, mas deixarei para exame de todos os pormenores na nossa bancada, quando proporemos, quem sabe, uma CPI a respeito. (Revisado pelo orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre Deputado Del Ciel, décimo orador inscrito.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muitos dos nossos companheiros passaram por esta mesma tribuna, analisando a situação dos municípios que representam relacionados, ou melhor dizendo, relacionados com o convênio firmado com a SANEPAR. Recebemos há poucos instantes telefonemas do município de Cambé, do Presidente do MDB. Dr.

Roberto Conceição, que falava em nome daquela comunidade, que através de uma marcha de senhoras donas de casa, foram até a sede municipal da SANEPAR para implorar numa última esperança, o restabelecimento do serviço de água para os bairros daquele município. O líquido precioso, que não mais corre nas torneiras das casas das vilas e bairros de Cambé, assim como das nossas vilas na cidade de Londrina. Antes de sermos Deputados, cumprimos um mandato de Vereador na metrópole mundial do café e lutamos com todas as nossas forças, visando evitar que também a nossa cidade viesse a firmar um convênio que, desgrazadamente, vem sendo descumprido de forma tão acentuada, que estudamos a possibilidade da constituição de uma comissão especial desta Casa, parlamentar, para, ouvindo os Srs. Prefeitos municipais, os representantes dos municípios paranaenses que entregaram seus serviços de abastecimento de água e Esgoto à SANEPAR e que vêem agora desrespeitado, descumprido na sua totalidade, o convênio firmado, dada a inoperância dos homens responsáveis pela sua direção. E vemos no entanto, como única solução talvez, o desenvolvimento de um trabalho sério através desta Casa. Ouvindo os municípios, células responsáveis pela Constituição deste grande Estado, que devem merecer a atenção e o respeito do Poder Legislativo e Executivo, do Estado do Paraná.

Nesta oportunidade, como os demais companheiros que por aqui passaram falando de água, e consequentemente da SANEPAR, venho à tribuna, Sr. Presidente, para, por mais uma vez, apelar ao ilustre Governador do Estado do Paraná, para que interceda, para que interfira textualmente, dizendo um "basta" a esta situação, que humilha, que massacra, que sacrifica, a população trabalhadora do Estado do Paraná; dos municípios, onde atua a SANEPAR. É este, o requerimento, Sr. Presidente, que passarei a ler: (lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, nos seguintes termos:

Vimos a presença de Vossa Excelência, com o devido respeito apelar no sentido de obter a interferência do vosso Governo junto à Sanepar, visando apresentar soluções para a falta de água, há vários meses nos bairros e vilas de Cambé e Londrina.

A situação se agrava a cada dia que passa, sem que a Diretoria da Sanepar, se interesse em apresentar soluções, descumprindo o convênio firmado com os aludidos municípios.

Apelos diretos, têm sido feitos à Sanepar e atualmente, senhoras donas de casa, desesperançadas, não mais suportando o drama com que se defrontam há vários meses, em Cambé, numa verdadeira "Marcha de Bairros e Vilas", se dirigiram a sua Sede, como última forma de apelar, de implorar, o precioso líquido que não mais jorram nas torneiras de suas casas.

Na certeza da atenção de Vossa Excelência, agradecendo em nome do laborioso povo cambense e londrinense, as providências que advirão com a interferência do vosso Governo, apresentamos nossos protestos de levada estima e superior consideração.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975".

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna, no Grande Expediente, na tarde de hoje. E usamos a palavra com grande tristeza, não só por parte dos paranaenses, mas por parte de todos os brasileiros.

Todos os administradores federais, estaduais e municipais, nas suas apresentações públicas, nos seus planos administrativos, falam sempre num termo, mas nunca o usam no decorrer de

suas administrações, a não ser em raríssimas ocasiões: "humanização", "centros comunitários", enfim, uma assistência ao trabalhador brasileiro.

Em meu município, Ponta Grossa, que temos a honra de representar neste plenário, as administrações públicas que por ali passaram, esqueceram-se do trabalhador no que se refere a divertimentos.

Em campanha recente, quando disputamos nossa eleição a Deputado, um ex-Prefeito, implantou, em um distrito de nossa região, aquela filosofia do governo federal, ou seja, a humanização. No distrito de Guaragi, foi desapropriada uma área, na qual seria construído um Centro Social destinado aos menos favorecidos pela sorte. E, atualmente, está lá o terreno apenas com a pedra fundamental, nada ali foi feito.

E vimos, em todas as comunas paranaenses por onde passamos, que o trabalhador só tem o seu lazer nos bares das esquinas. As administrações não têm dado atenção ao que se refere a divertimento do nosso povo, aos locais onde o povo possa levar seus familiares para o lazer.

E os Srs. Deputados são testemunhas de que todos os clubes sociais, em todas as cidades brasileiras, perdem, dia a dia, os seus sócios. A cada dia que passa, o clube, seja ele grande ou pequeno, perde seus associados, porque sobra uma verdadeira fortuna de seus associados, impedindo, com isso, que o trabalhador tenha uma vida social, frequente esses locais.

Ocorre, Srs. Deputados, que no Brasil, por força de uma cobrança, de uma contribuição ainda indefinida, os clubes do Paraná e do Brasil inteiro, caminham para a falência. Porque, esses emolumentos fiscais atribuídos às sociedades brasileiras, que são os direitos autorais, cuja legislação reguladora é datada de 14 de dezembro de 53, mas que por força de processo e de pessoas estranhas, coisa que só aqui no Brasil pode acontecer, devido a infraestrutura implantada no território nacional, e que diz respeito à cobrança do direito autoral dos clubes e das sociedades, ainda permanece nebulosa, sem uma aplicação eficiente, e principalmente os clubes pequenos, a cada dias que passam, estão mais acorrentados e perto da falência.

E aqui, Srs. Deputados, a segunda revolta deste Deputado que vos fala.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ouvindo seu pronunciamento sobre o Instituto criado pelo S.P.D.A., pensando como V. Exa., que esse tributo, embora revestido de um amparo legal, ele assalta, principalmente, as sociedades pequenas. Mas queria levar ao conhecimento de V. Exa. que o SPDA é aplicado em todos os países do mundo, e aqui no Brasil, com uma série de denominações, cobra-se direito autoral, também sobre músicas estrangeiras, tocadas nas rádio-emissoras, em clubes, nas casas comerciais, bares, restaurantes e até em prostíbulos.

O que nós não entendemos é o seguinte: V. Exa. está com toda razão na oportunidade em que defende os direitos das sociedades que muitas vezes são visitadas por um agente do SPDA no momento em que promovem festinhas para seus associados, ao som de músicas gravadas.

Queria ainda esclarecer a V. Exa. que a rentabilidade econômica do SPDA, que hoje soma a milhares de cruzeiros por mês, é distribuída numa equitativa aos autores brasileiros. Esses autores, de conformidade com a quantidade de música lançada, de música gravada, recebem a cota de participação.

Evidencia-se perfeitamente a preocupação de V. Exa. quanto ao sistema tributário que o governo implantou nesses últimos 10 anos. Tem razão V. Exa. quando afirma a incapacidade econômica do povo brasileiro, para resistir a tantas obrigações impostas estatal e para-estatal, mas o fato do SPDA tem fundamento básico, que respeito, é o fundamento de segurança ao direito do autor brasileiro, que antes da existência do SPDA, muitas

vezes era roubado, vamos assim dizer, pelas organizações que imprimiam ou gravavam seus discos.

Hoje ele tem amparo do SPDA, porque ele dá condições para que o músico grave suas músicas, venda seus discos. Assim ele recebe do SPDA a arrecadação feita através dessa sistemática, junto aos clubes sociais, junto às rádio-emissoras, junto às casas comerciais que usam música em seus estabelecimentos.

Dessa feita, quero esclarecer a V. Exa. que seria ótimo que V. Exa., em requerimento ao SPDA, pedisse a isenção para os clubes sociais, principalmente aqueles de nível pequeno, porque me parece que em qualquer clube, de qualquer categoria, a taxa é correspondente a um salário mínimo.

V. Exa. pode contar com meu apoio ao seu requerimento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado Lúcio Machado.

Aqui está a segunda revolta do orador que lhes fala. O direito autoral do qual o autor é titular moral e patrimonial e a quem cabe o direito de utilizar, foi e continua sendo o autor, neste país, um marginalizado.

É uma constante na imprensa nacional, Sr. Presidente, Srs. Deputados, denunciar os compositores que jamais receberam suas parcelas do direito autoral.

Como se justifica, então, este paradoxo? Os clubes são levados à insolvência em razão dos direitos autorais a serem cobrados. Os autores que deveriam receber seus direitos autorais em dinheiro em razão de suas peças artísticas, na maioria das vezes, não recebem e ficam, portanto, sem nenhuma renda.

Disse Humberto Teixeira, do Conselho Editorial da Revista do Direito Autoral, o seguinte:

“O Direito Autoral Brasileiro é carente exclusivamente de conscientização e de uma conscientização que reunisse, em um só texto, as várias leis dispersas que existem sobre a matéria; e uma conscientização não só da parte daqueles que usam a obra com o intuito de lucro, bem como dos próprios titulares dessa obra.

É indiscutível a necessidade para se equacionar esse problema e daí discorre que se promulgue um código específico, uma lei especial visto que possuímos uma vasta e adequada legislação sobre o assunto. Precisamos tão somente de uma consolidação que define e coordene toda esta extraordinária legislação esparsa propiciando, como ponto básico e de partida para as futuras atuações, o conhecimento dos leigos e o fácil acesso dos doutos em torno dos direitos pertinentes à propriedade literária e artística”.

Que falta então, Srs. Deputados, para se encontrar uma fórmula ideal para se cobrar o direito autoral sem prejuízo para os que a usam, sem sufocar as sociedades recreativas, as grandes vítimas dessa fiscalização?

O que desejamos, Srs. Deputados, é que enquanto esta legislação continua confusa, enquanto não existe uma padronização da cobrança dos direitos autorais, que o Governo funcionasse como um fiscal no que diz respeito a cobrança destes direitos por parte das sociedades recreativas. O direito autoral continua sendo, neste País, uma fonte inestimável de escândalo, desta ou daquela organização.

Lá em Ponta Grossa, em nossa Cidade, temos a honra de fazer parte da Diretoria de diversos clubes, sentimos que a cada dia que passa ascendem os emolumentos fiscais e, no entanto, o único objetivo das sociedades é promover a recreação aos seus associados. De outro lado o Governo em vez de auxiliar as sociedades, o Governo em vez de amparar essas sociedades cria cada dia que passa um maior obstáculo para as sociedades recreativas desta Nação.

Além de criar esses emolumentos fiscais o Governo não sente que as apresentações ao vivo dos artistas paranaenses e brasileiros está findando, está cada dia mais, o artista, desassistido desamparado por este ou por aquele atendimento do Governo, seja estadual ou federal. Vimos de que, se o Governo não tomar uma medida para amparo a esses artistas, haveremos, no futuro,

de ter todas as apresentações ao vivo, de artistas nacionais, também caminhando para as falências das apresentações teatrais.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. toca num aspecto muito interessante e que se nós tivermos o cuidado de observar, ele é de uma realidade gritante.

Na última semana, passou por Curitiba o Corpo de Ballet do Municipal, com a internacional Margot Fonteyn, e os que foram ao Teatro Guaíra puderam constatar que, para infelicidade deste Estado aquela grande artista teve que se apresentar não ao som de uma orquestra sinfônica como requer o Ballet, música ao vivo, mas, de um arranjo, como bem disse V. Exa., da tecnologia. Tirando a apresentação do artista, ao vivo, coisa que acontece em todos os locais onde há pouco tempo ainda era comum ouvirmos música ao vivo com orquestras de categoria, restaurantes também de categoria que querem brindar os seus frequentadores com música ao vivo, enfim, esta gama toda de platéias onde o músico exercia a sua arte, exercia a sua profissão, estão aos poucos comelidas a deixar.

Aí, uma crítica ao Governo do Estado do Paraná que hoje lançou mais uma vez o tão decantado Concurso de Contos, às 9:00 horas no Palácio Iguaçu, quando serão distribuídos mais 135 mil cruzeiros e, na maioria das vezes é dinheiro conferido a prêmios fora do Paraná, dinheiro desperdiçado quando bem a Secretaria de Educação e cultura podia aplicar este dinheiro, ao Paraná, para proteger quiçá os nossos literatos e os nossos músicos também.

V. Exa. toca num assunto muito interessante porque, se o artista não tiver a proteção dos órgãos governamentais, se não tiver o Governo o carinho de tratar dele como uma necessidade social, nós estaremos criando condições para que a arte seja afastada da nossa sociedade e principalmente do nosso meio de homens que não podem apenas pensar em progresso material, esquecendo o progresso cultural. Não sou contra o Concurso de Contos, mas que este concurso ficasse restrito a artistas do Paraná.

Pergunto eu, se não é apenas de caráter promocional que a Secretaria de Educação e Cultura distribui este dinheiro, quando ele, o próprio Secretário de Educação e Cultura, veio aqui pedir e dizer que o Paraná está com um déficit de mais de 60.000 carteiras.

Sr. Deputado, joga-se 130 mil cruzeiros para promover uma Secretaria de Estado, que não passa de uma promoção meramente de Curitiba, quando crianças estão deficientes, que não têm carteiras para sentar.

V. Exa. traz este tema que deve ficar na mente das autoridades responsáveis porque afinal de contas numa escala de prioridades como todo Governo tem que ter, acredito eu que carteiras de escola estão em primeiro lugar, estão à frente de distribuição de prêmios para literatos. Se tivéssemos aspirantes e iniciante neste concurso, com alguma chance para eles, ainda acreditaria eu, na boa promoção, mas nós sabemos de que este concurso é de caráter meramente profissional quando o Governo, quando o Estado do Paraná se debatem para economizar as verbas do café, o Paraná está debilitado com as geadas e dinheiro é gasto para se fazer promoção.

V. Exa. aborda muito bem — se o Governo não tomar uma providência, se não cuidar de tratar com mais carinho, então Sr. Deputado, nós teremos que nos contentar em ouvir música apenas gravada e música apenas em fitas e isto aí, o que acarretará é desestímulo, a dificuldade para revelações de novos gênios e de novos músicos.

Congratulo-me com V. Exa.

Se V. Exa. propuser este requerimento encontrará o meu integral apoio.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nosso colega Nilso Sguarezi e quero tornar ao Paraná, de que se atual-

mente a atual administração da Princesa dos Campos, dá seu exemplo a ser seguido pela outra administração, as administrações superiores, no caso o Governo do Estado, pois a nossa cidade é uma das poucas brasileiras que detém uma orquestra sinfônica, que é um orgulho, não de nós pontagrossenses, nos paranaenses, mas de nós brasileiros, até o dia de hoje não recebeu ajuda alguma deste Governo instituído no Estado do Paraná, este atual e dos que ali passaram, e realmente a cultura deste Estado se faz em termos municipalistas, porque no sentido onde deveria o amparo ser governamental, o Estado nada deu à minha cidade em termos de cultura, em termos de amparo à nossa orquestra sinfônica.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Somente para não perder a oportunidade, gostaria de responder ou dar uma satisfação ao meu prezado companheiro e amigo Deputado Nilso Sguarezi, dizer que quando Secretário de Educação e Cultura, quando o Governo Parigot de Souza, levei ao Governo, as razões para a não realização do concurso e fui atendido por aquele Governador justamente por esta razão, que o Estado não dispunha de recursos necessários para uma promoção válida, no sentido cultural, mas que não tinha realmente uma base no sentido interno do Estado quando faltavam até carteiras escolares.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte e o esclarecimento feitos pelo nobre Deputado Gabriel Sampaio, que, realmente, demonstra que quando ocupava a Secretaria de Educação e Cultura deste Estado sempre promoveu uma ação no sentido de que sua atenção e seu procedimento enquanto lá estava fossem válidas com a educação em primeiro plano e no segundo plano, no sentido promocional, como está ocorrendo agora no Estado.

O que nós queremos, Sr. Presidente... (é interrompido).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não se pode, data vênica, se pretender que um Governo, vindo sem base política partidária de militância, possa entender o que seja prioritário no Estado.

Haja visto que numa recente fala de S. Exa. no interior do Estado, olhando as crianças do futuro do Paraná, o Governador sem maiores considerações, quem sabe até os próprios filhos, olhando estas crianças disse: "Crianças, instrumentos de produção do futuro".

Isto foi lembrado na televisão por um comentarista e não só isso, a própria Secretaria de Educação, recentemente, faz coisa de três dias, respondendo uma indagação nossa para implantação de escolas em Cascavel, perguntou que escolas precisavam em Cascavel, porque nós fizemos em sentido genérico, pensando que eles tivessem um levantamento, mas, lamentavelmente, desconhecia, dizendo que nosso pedido era indefinido, mas mais indefinido que o Governo são somente as ideias que o caracterizam.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nobre Deputado Fidelcino Tolentino que quer e, Srs. Deputados, continuar nesta meta que não é nossa, é o reclamo de uma região neste Estado, de uma cidade na qual, através da imprensa falada e escrita, os órgãos que fiscalizam e que efetuam a cobrança do direito autoral, fizeram com que, em Ponta Grossa, fosse estampado nos jornais de circulação daquela cidade, nas emissoras de rádio através das suas ondas sonoras e na Televisão TV Esplanda Canal 7, de que os estabelecimentos comerciais, restaurantes, bares do município que até o dia se não me falha a memória, 19 deste mês próximo findo, não houvessem pago as taxas para com esta ou aquela organização, teriam seus estabelecimentos autuados e acima disso, multas altas a serem instituídas para com aquele estabelecimento que não correspondesse para com as contribuições do direito autoral.

E nestas circunstâncias é que nós vimos aqui nesta Casa pedir a todos os Srs. Deputados, que pela escassez do tempo,

voltaremos ao assunto com um requerimento ao Direito Autoral para que seja novamente este assunto, que não é nosso, que também não são dos Srs. Deputados, mas que é do Paraná e que é do Brasil, que é o respeito às sociedades, aos restaurantes e, consequentemente, ao povo do Paraná.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Zuk, quero dizer que V. Exa. terá o apoio total da bancada da ARENA, na defesa que faz da tese dos Direitos Autorais.

Mas, eminente Deputado, hoje assisti uma bancada emebista, fazendo críticas até violentas à figura do Governador do Estado e com algumas informações que me pareceram um pouco ásperas e injustas.

Devo dizer que existe um órgão no Paraná, em condições hoje, de dar estatísticas quanto à necessidade de salas de aulas, com o levantamento de crianças em idade escolar, e matrículas nos diferentes níveis, é a FUNDEPAR.

A Fundação Educacional do Paraná, renova esta estatística anualmente, e as críticas que aqui se fazem ao eminente Governador Jayme Canet elas não são procedentes. Um Governo que se instalou há cinco meses, eminente Deputado, e já anuncia a disponibilidade de 340 milhões de cruzeiros para serem aplicados em construção de salas de aula no período de 75/78. E que além destes recursos haverá de dispor de mais de 80 milhões de cruzeiros para materiais escolares neste exercício.

Conseguimos, a fundo perdido do Governador do Estado, os 340 milhões, conseguidos através de empréstimos, os quais, cerca de 100 milhões de cruzeiros, esperamos sejam já liberados neste exercício de 75, num esforço governamental, para carrear recursos para o setor de Educação que entendemos tão carente ainda de salas de aula, de material escolar.

Não é justo, portanto que se façam críticas até quase que culpando o Sr. Governador do Estado, por deficiência nesse setor. Mas deve-se louvar o esforço governamental, para buscar recursos, de uma vez por todas, que nos possibilitem a construção, no Estado do Paraná, de maior número de salas de aula, para socorrer a população estudantil do interior do Estado.

Poderei trazer maiores detalhes acerca dos empréstimos que o Governo está formulando junto ao Governo Federal, que somam, já disse, cerca de 340 milhões de cruzeiros, para o setor de investimentos, e 80 milhões de cruzeiros para a aquisição de material escolar.

Quero acreditar que esta notícia deverá sensibilizar os Srs. Deputados. Nós estamos há cinco meses de um governo que não parou, mas que deve, nesse setor, urgenciar a aplicação de recursos. E se ainda não fez mais foi por não dispor deles. mas preocupou-se a planejar seus projetos e a curto prazo, o Governo do Estado, haverá de dar uma demonstração do quanto se preocupa com esse setor de vital importância para nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço ao ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni.

E queria agradecer a participação da bancada da Arena no requerimento que queremos dirigir, em nome do Estado, a quem de direito, para que realmente se condicione a fiscalização das contribuições do direito autoral em todo o território nacional.

Vimos que a nossa presença nesta tarde na tribuna, rendeu frutos, não à minha cidade, nem à minha região, mas a todo este Estado, no sentido da comunhão de pensamentos, registrado através dos pronunciamentos nesta Assembléia, no sentido de uma reivindicação em termos paranaenses, para que, no dia de amanhã, além de amparar as sociedades pequenas deste Estado, assistir aos artistas paranaenses e brasileiros. Entendemos que este nosso requerimento terá o acatamento desta Casa, no sentido de demonstrar que alguma coisa, realmente, de modo objetivo, deverá ser feito para as cobranças ilegais e arbitrárias dos direitos autorais, deste território.

Resta-nos tão somente agradecer aos ilustres Deputados que nos apartearam e que deram suas contribuições para que realmente, este pensamento de nosso amigos e companheiros da Princesa dos Campos fosse trazido a esta Casa e fosse referendado pela totalidade dos Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/75, de autoria do Sr. Deputado José Antonio Del Ciel, que autoriza o Poder Executivo permutar terreno de propriedade do Estado do Paraná por áreas de terras de propriedade do município de Londrina, conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — Ao referido projeto, foi apresentada Emenda, no seguinte teor. (Lê):

“EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 23/75.

O Art. 1º do Projeto de Lei nº 23/75, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º — É o Executivo Estadual autorizado a dar em permuta, por dez (10) áreas de terras de propriedade do Município de Londrina, medindo aproximadamente 22.543,23 metros quadrados, um terreno de propriedade do Estado do Paraná, medindo cerca de 17.755 metros quadrados, onde encontra-se edificado o Estádio “Moringão”, na sede do município de Londrina, fazendo divisa com a Avenida Perimetral, herdeiros de José Pereira de Rezende, Colégio Estadual Vicente Rijo e Parque Bela Vista”.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

aa) DÁCIO LEONEL

LEOPOLDO JACOMEL

IVO THOMAZONI

GILBERTO CARVALHO

FRANCISCO ESCORSIN

EZEQUIAS LOSSO.

Sobre o mesmo Projeto de Lei, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, no seguinte teor. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, a retirada da Ordem do Dia, por trinta (30) sessões, do Projeto de Lei nº 23/75.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975

a) IVO THOMAZONI”.

OSR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a retirada do meu requerimento, já que sobre a matéria existe uma emenda capaz de atender aos interesses das duas bancadas.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência defere o pedido. Projeto e Emenda serão encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer sobre a Emenda.

2ª DISCUSSÃO — do projeto de Lei nº 47/75, de autoria do Deputado Mauricio Fruet, que dispõe sobre a Gratificação de Produtividade quando o Servidor Público venha a estar a disposi-

ção de qualquer órgão Público, Federal, Estadual ou Municipal. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. — **Rejeitado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 145/74, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo conceder ao Coronel Francisco de Paula Soares Netto, o Título de Cidadão Honorário do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 145/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido ao Cel. FRANCISCO DE PAULA SOARES NETTO, o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1974.

a) LUIZ ROBERTO SOARES

JUSTIFICATIVA:

Será feita da tribuna.

CURRICULUM VITAE

Cel. FRANCISCO DE PAULA SOARES NETTO

— Nascido em 04 de março de 1901, na cidade de Rio Grande — R.G.S.

— Formado em Medicina pela Universidade do R.S. em 1920.

— 1.921: Curso de Bacteriologia no Instituto de Manguinhos — Rio de Janeiro.

— 1.922: Chefe de Laboratório da Profilaxia Rural do Paraná.

— 1.923: Concurso para Tenente Médico do Exército.

— 1.924: Professor Interino de Química da Faculdade de Medicina do Paraná.

— 1.925: Professor Catedrático de Doenças e Moléstias Infecciosas, da Faculdade de Medicina do Paraná, aprovado com o Grau de 9,93.

— 1.925: Fase política conspiratória da revolução de 1.930, e por isto preso em Guarapuava, neste ano.

— 1.930: outubro. Levante do 13º B.C. de Porto União, praticamente Chefe da rebelião.

— 1.931-32: Oposição ao Governo Manuel Ribas.

— 1.934: Renuncia a candidatura pelo PSD à Assembléia Nacional Constituinte.

— 1.934: Eleito deputado Federal pelo Paraná.

— 1.934-35-36-37: Mandato de Deputado Federal.

— 1.938: Retorno ao Paraná, devido a dissolução do Parlamento, por Getúlio Vargas.

— 1.938: Fundador da Faculdade de Filosofia do Paraná, Professor de História Universal. Segue afastamento político devido a ditadura Vargas, neste período foi por várias vezes Presidente da Federação Paranaense de Futebol e do Britânia Futebol Clube.

— 1.945: Fundador da UDN do Paraná, sendo seu Secretário Geral.

— 1.947: Secretário da Fazenda do Governo Moisés Lupion.

— 1.948-49: Secretário da Universidade do Paraná, membro do Conselho Universitário, com participação intensa e decisiva na sua federalização.

— 1.950: Candidato a Deputado Federal.

1.951-52: Presidente do Banco do Estado do Paraná, no Governo Munhoz da Rocha.

— 1.953: Diretor do IBC.

— 1.954: Secretário da Fazenda do Governo Munhoz da Rocha e Presidente da Junta Administrativa do IBC.

— 1.955-56: Presidente do Banco do Estado do Paraná, Governo Oliveira Franco.

Reformado no Exército Nacional como Tenente Coronel Médico.

— 1.956: Presidente da UDN do Paraná.

— 1.959: Candidato ao Senado Federal.

— 1960: Delegado do Governo do Paraná na Junta Administrativa do IBC.

— 1.961: Presidente da Junta Administrativa do IBC, cargo que ainda ocupa ininterruptamente, sendo várias vezes delegado do Governo Brasileiro às reuniões da Organização Internacional do Café.

— 1.966: Professor Emérito da Universidade Federal do Paraná.

Cidadão Honorário de Curitiba e Cornélio Procopio. Cidadão do Café.

Família:

Esposa: AUREA PAULA SOARES, nascida em 24 de março de 1.903.

11 filhos, 40 netos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 145/74

PARECER

A Lei 5638 de 13 de setembro de 1967 que trata da presente matéria, fixa as condições essenciais para a concessão de título de benemerência ou cidadania honorária paranaense.

O "curriculum vitae" juntado ao presente plano de Lei, responde por si só e com muita segurança sobre todas as condições referidas no texto legal.

Na verdade são incontáveis os serviços prestados pelo cidadão a quem se propõe a honraria.

Pelo seu desempenho na função e pelas ações públicas que desenvolveu em favor de obras de relevantes valor social, seu nome ultrapassou fronteiras.

Estando preenchidos os requisitos de que trata a Lei 5638, e sendo o plano de Lei constitucional e legal, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja determinada a instalação de uma agência daquele estabelecimento no município de Imbituva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente do Senado e da Câmara Federal, líderes da ARENA e MDB nas duas Casas do Congresso, Senadores e Deputados Federais, encarecendo-lhes apoio e trabalho conjunto, visando a aprovação do Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Federal Roberto Carvalho, da representação do Pará, dando nova redação ao artigo 3º, do Decreto Lei nº 294, de 27 de maio de 1969. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do INPS, no Paraná, objetivando reestudo para que o município de Cianorte continue sob a jurisdição da agência de Umuarama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr.

Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja autorizada a reconstrução do Grupo Escolar "Dirce de Aguiar Maia" de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, encarecendo seja autorizado a inclusão de Loanda, no Plano Estadual de Educação Física. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente da FUNDEPAR e ao Sr. Secretário de Administração, no sentido de providenciar reparos no Grupo Escolar "Itacelina Bittencourt" de Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Educação e Cultura, e à Inspeção Regional de Ensino de Campo Mourão, no sentido de que sejam tomadas medidas objetivando sanar a irregularidade funcional que vem ocorrendo no Ginário Estadual de Nova Cantu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja solucionado o problema da legalização de terras nos municípios de São Pedro do Paraná e Marilena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja enviado Telex ao Sr. Presidente da República, encarecendo providências à cafeicultura paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo sua interferência pessoal junto a SANEPAR, visando as soluções para a falta de água, em diversos bairros de Cambé e Londrina. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da Carta Aberta da Sociedade Rural Brasileira, Associação Paranaense de Cafeicultores e Sociedade Rural do Paraná, publicada na edição de hoje do jornal "Gazeta do Povo" desta Capital. Pede-se também que da decisão do Plenário, dê-se ciência às referidas entidades.

Como já foi lida por S. Exa., automaticamente, será transcrita nos Anais da Casa, não há portanto necessidade de discussão e nem de aprovação deste requerimento.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Sr. Presidente, o requerimento tem dois itens. O primeiro desde logo, fica prejudicado.

No entanto, o mesmo não ocorre com o segundo item que pede seja dada ciência, que houve transcrição, às entidades que são signatárias da carta.

O SR. PRESIDENTE — Tem razão o nobre Deputado. Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. por me ter dado a oportunidade de falar no encaminhamento da votação desta matéria que julgamos de suma importância.

No decorrer desta semana vários Srs. Deputados ocuparam a tribuna para tecer considerações com referência a nossa cafeicultura e aos trabalhos desenvolvidos pela Associação Paranaense dos Cafeicultores, através de seu Presidente, e pelo Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Recebemos também, em data de hoje, um telex das referidas associações, em que solicitam desta Casa, que por intermédio da Comissão de Agricultura da Assembléia, e a Federação da Agricultura do Paraná, seja promovida uma reunião, com urgência, nas cidades de Curitiba, de Londrina e Maringá, de Cafeicultores e com a presença das cooperativas e entidades de classe produtoras.

É oportuno este requerimento, pedimos a palavra para o encaminhamento da votação para integrarmos o nosso apoio a este requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Em votação. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao responsável pela representação do Instituto Nacional de Pesos e Medidas no sentido de informar se as taxas de aferimentos incidem também sobre os instrumentos de uso particular ou exclusivamente sobre destinados ao uso comercial.

Esta Presidência comunica ao nobre Deputado que não pode receber o requerimento, na forma em que está vasado, porque a Assembléia não tem autoridade para pedir informações a um órgão federal. Nestas condições, a Presidência aconselha o Sr. Deputado que se dirija diretamente ao órgão competente, pedindo as informações que desejar, em forma de solicitação. A Assembléia como órgão não pode pedir estas informações.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que informe sobre assunto da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, no Município de Ribeirão do Pinhal. – Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Fica adiada a discussão para a próxima Sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Direção da RFFSA – Setor Sul – no sentido de que se digno determinar as medidas necessárias visando o restabelecimento do tráfego ferroviário denominado Ramal Matarazzo, que liga a estação de Antonina ao Cais do Porto. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, solicitando o abono de faltas no máximo três mensais, mediante atestado médico particular, aos professores efetivos e aos suplementaristas. – **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 145/74.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 46/71,

marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 29, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei nºs 127/74 e 147/74.
Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, reuniu-se na Sala das Comissões, a

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para a sua instalação, com a presença dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Quielse Crisóstomo da Silva, Ezequias Losso, Deni Schwartz, e Valter Pietrângelo. Assumiu a presidência na forma regimental o Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos, destinados a eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos. Foi eleito por unanimidade o Senhor Deputado Ezequias Losso para Presidente e o Senhor Deni Schwartz para Vice-Presidente. Ao tomar posse o Senhor Deputado Ezequias Losso, agradeceu a honrosa confiança nele depositada pelos ilustres componentes da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, fazendo o propósito de corresponder integralmente na presidência da mesma. Na oportunidade designou a funcionária Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, para exercer a função de secretária “ad hoc” da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deixou livre a palavra para quem quisesse fazer uso da mesma e, não havendo assuntos a tratar, declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, secretária “ad hoc”, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

a) EZEQUIAS LOSSO – Presidente
DENI SCHWARTZ – Vice-Presidente
QUIELSE CRIÓSTOMO DA SILVA
GILBERTO CARVALHO
Maria Stella M. A. Gurgel – secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE ATA DA 1ª REUNIÃO

Ata da primeira reunião da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, realizada às dezesseis horas, no Pequeno Auditório do novo prédio da Assembléia Legislativa, no dia vinte e cinco do mes andante. Registradas as presenças dos Srs. Deputados Paulo Camargo, Presidente deste Poder, Ezequias Losso, Presidente da Comissão, Deni Schwartz, Vice-Presidente, Muggiati Filho, líder do MDB, demais deputados e pessoas convidadas, para assistir a palestra do Professor João José Bigarella, eminente chefe do Departamento de Ecologia da Universidade do Paraná, pioneiro e autoridade brasileira em Ecologia e Defesa do Patrimônio Natural e Preservação do Meio Ambiente. O Deputado Ezequias Losso, declara aberta a reunião, convidando o Vice-Presidente Deni Schwartz, para saudar o ilustre convidado, que em rápidas palavras diz da satisfação de estar na Casa tão ilustre pessoa. O Professor Bigarella, agradece a oportunidade que lhe foi dada, saudando os participantes da Comissão e dá início à sua palestra sobre a preservação do Meio Ambiente, acompanhada de slides sobre a Serra do Mar, Estrada da Graciosa, Tubarão e outros locais, explicando minuciosamente o fenômeno da erosão naquelas regiões. Ao terminar, o Presidente da Assembléia, Deputado Paulo Camargo agradece tão bela explanação e diz que as pessoas que acabaram de assistir o ilustre convidado, conscientizaram-se da necessidade da preservação do meio ambiente e que a Assembléia e os Deputados, farão todo o possível para dar condições aos Póres Públicos para que as florestas do Paraná sejam protegidas. Os presentes formularam perguntas ao professor, no que foram prontamente atendidos. A reunião foi encerrada às dezoito horas, e eu, Maria Stella Mader do Amaral Gurgel, secretária “ad hoc”, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente da Comissão. Em Curitiba, 25 de junho de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO – Presidente
a) Maria Stella M. A. Gurgel – secretária

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 451/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7766/75, de 06 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, MARIA EMANUELA BRANCO BRUSAMOLIN, ora à disposição deste Poder, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a 50 por cento de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 452/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8202/75, de 19 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários CELSO APPARECIDO DE CASTRO e ACÁCIO TAQUES DE ARAÚJO, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.

PORTARIA Nº 458/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a IRANI CARINI, ocupante do cargo de Técnico de Administração, nível 27, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 459/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

conceder a LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta dias de férias, referentes ao ano de 1973, a partir de 25 de agosto de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 460/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

designar NEUSA DE SOUZA SANTOS, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLI, até 31 de dezembro de 1975.—

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 461/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a EDGARD TÁVORA JR, ocupante, do cargo de Advogado, nível 26, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 462/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

revogar a Portaria 400/75, de 24 de julho de 1975, que designou o funcionário JOAQUIM SABINO DE SOUZA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no gabinete da 1ª Secretaria e autorizou o referido funcionário a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 25 de agosto de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 463/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8378, de 25 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a DILMAR ABILIO ARCHEGAS, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete do Diretor Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 464/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8340/75, de 22 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários ELENI SILVEIRA PAVLOSKI, Oficial de Administração, PL "22", JOSÉ PAULO ORTH, Economista, PL "26", MARIA ARANTES DE LIMA, Auxiliar de serviços Gerais, PL "17", NELSON AUGUSTO ARAUJO, Oficial de Administração PL "20", todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 465/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8351, de 22 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, MILTON LUIZ CLEFE KUSTER, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado TRAJANO BASTOS, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 466/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8341, de 22 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a LÚCIA MARIA DA VEIGA, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico, nível PL "25", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 467/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8350, de 22 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a IGLAIR SMANIOTO, ocupante do cargo de Oficial de Administração, PL "22", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 468/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8326/75, de 20 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a MARIA MENEGUSSO, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL "18", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 469/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8188, de 18 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, MARISE CONCEIÇÃO PINTO, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 05 de julho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 470/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8044, de 13 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, GABRIEL MACCAGNANI CARAZZAI, ora à disposição deste Poder, Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FUAD NACLI, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 471/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8290, de 21 de agosto de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a HILÁRIO FREGONEZE, ocupante do cargo de Auxiliar Técnico PL "30", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral